



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08068295420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCIA JULIANA LUCIANO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada pretensão, haja vista que a parte autora junta aos autos documentação médica relativa a tratamento de varizes, o que, a toda evidência, não encontra amparo na Tabela de Perícias anexa a presente.

A parte autora OMITE o fato de ter ingressado com o pedido administrativo em **13/08/2018**, não obstante o ajuizamento da presente ação.

Vale ressaltar que o referido sinistro se encontra em análise pela Seguradora Ré, sendo a mesma surpreendida pela presente Ação.

Ademais, de acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona.

No presente caso, não foi comprovada pela parte autora a NEGATIVA da Seguradora Ré do requerimento extrajudicial, com referência ao pagamento da indenização securitária, sendo, portanto, indevido o ajuizamento da presente ação.

DO NEXO CAUSAL

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, **não** há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**¹.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistia nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

A parte autora juntou dois boletins de ocorrência e boletins de atendimento com datas diversas e se pode verificar dos documentos juntados aos autos que as lesões, varizes, não encontrariam cobertura para a pretensão indenizatória a título de seguro DPVAT.

Tratamento de varizes não corresponde a invalidez em caráter permanente, não se podendo admitir nexo entre o acidente e as lesões apresentadas pelos documentos médicos, os quais se colaciona trecho abaixo:

O formulário é um documento médico intitulado 'JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO'. No topo, há campos para o número 140010, o tipo de registro RR e o número 69.318-768. O formulário é dividido em várias seções numeradas de 20 a 44. A seção 20, 'PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS', contém a frase 'Varizes arteriais'. A seção 21, 'CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO', contém 'Tratamento cirúrgico'. A seção 22, 'PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS', contém 'Anamnese e Exame físico'. A seção 23, 'DIAGNÓSTICO INICIAL', contém 'Varizes MMT'. A seção 24, 'CID 10 PRINCIPAL', contém 'I83.9'. A seção 25, 'CID 10 SECUNDÁRIO', e a seção 26, 'CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS', estão em branco. A seção 27, 'DISCRIMINAÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO', contém 'Varicetomia MMT'. A seção 28, 'CÓDIGO DO PROCEDIMENTO', está em branco. A seção 29, 'CLÍNICA', contém 'AMBULATÓRIO'. A seção 30, 'CARÁTER DA INTERNAÇÃO', contém 'ELETIVO'. A seção 31, 'DOCUMENTO', contém 'C. N. S.'. A seção 32, 'Nº. DO DOCUMENTO (CCNS / CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE', contém '707602280396390'. A seção 33, 'NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE', contém 'MARCIO GUILHERME SOUZA MACEDO'. A seção 34, 'DATA DA SOLICITAÇÃO', contém '10/05/2018'. A seção 35, 'ASSINATURA E CARIMBO (Nº. DO REGISTRO DO CONSELHO)', contém a assinatura de 'Márcio Macêdo' e o carimbo 'CRM-RR-1585'. A seção 36, 'ACIDENTE DE TRÂNSITO', e a seção 37, 'ACIDENTE TRABALHO TÍPICO', estão em branco. A seção 38, 'PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)', contém a seção 39, 'CNPJ DA SEGURADORA', e a seção 40, 'Nº. DO BILHETE', e a seção 41, 'SÉRIE'. A seção 42, 'CNPJ DA EMPRESA', e a seção 43, 'CNAE DA EMPRESA', e a seção 44, 'CNPJ', estão em branco. Há um carimbo diagonal sobre o formulário que diz 'DOCUMENTO ORIGINAL 13 ABO-2018' e um carimbo circular que diz 'HOSPITAL OPERATÓRIO AV. BRIG. ENFERMEIRO S. S. NOVO FLORES - 20140-000 - SÃO PAULO - SP' e 'JUL. 2018'.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo².

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

¹SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

²APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)

Apenas por amor ao debate, caso não seja este o entendimento de V.Exa., requer a intimação do ilustre perito, para a fim de esclarecer a graduação realizada, que encontra-se totalmente divergente dos documentos acostados aos autos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 6 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR